

AS CILADAS DO PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO: REFLEXÕES INICIAIS

Kátia Rodrigues Montalvão Paias¹, Marcos Vinicius Francisco²

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE. Instrutora de cursos no SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). E-mail: katiapaia@gmail.com

²Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, SP. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista – PPGE/UNOESTE.

RESUMO

Este artigo, do tipo ensaio teórico, desenvolvido na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica tem como objetivo analisar a proposta apresentada pelo movimento Escola Sem Partido, o qual propõe a neutralidade ideológica e política como solução dos problemas educacionais. As análises empreendidas apontam que a escola desde a sua gênese nunca foi neutra e que a proposta do movimento Escola Sem Partido, consubstanciada no Projeto de Lei nº 867, de 2015, tem uma finalidade política, a-histórica e está ligada a movimentos reacionários e conservadores da sociedade, que visam manter a ordem social e abafar as conquistas obtidas pelas lutas de classes no seio do sistema capitalista de produção.

Palavras-chave: Escola Sem Partido. Neutralidade. Ideologia.

THE PITFALLS OF THE PROJECT WITHOUT SCHOOL PARTY: INITIAL REFLECTIONS

ABSTRACT

This paper, of the type theoretical essay, developed from the perspective of Historical-Critical Pedagogy, aims to analyze the proposal presented by the movement Without School Party, which proposes ideological and political neutrality as a solution to educational problems. The analyzes carried out indicated that the school since its genesis has never been neutral and that the proposal of the movement Without School Party, embodied in the Law nº 867, of 2015, has a political, not historical, and is linked to reactionary movements and conservatives of society, who seek to maintain social order and stifle the gains made by class struggles within the capitalist system of production.

Keywords: Without School Party. Neutrality. Ideology.

INTRODUÇÃO

Embora tenhamos avançado no campo da educação, sobretudo nas últimas décadas, no que se refere à produção de conhecimentos em diferentes perspectivas epistemológicas, esbarramos na proposta Escola Sem Partido, que no plano das aparências propõe o combate aos discursos ideológicos na educação escolar. Deste modo, surgem as seguintes problemáticas: Quais são os valores éticos, políticos e ideológicos que fundamentam o Programa Escola sem Partido (ESP)? Qual discurso por trás do referido Programa? Uma escola sem partido ou com um único partido?

Esta pesquisa se justifica diante da necessidade de analisarmos o projeto de Lei nº 867 (BRASIL, 2015), intitulado Programa Escola Sem Partido, tendo em vista que temos um baixíssimo número de produções acerca do tema, além do referido estar sendo difundido de forma simplista em meio ao senso comum e adentrando os muros das escolas e universidades.

A presente pesquisa é do tipo ensaio teórico, que tem como propósito analisar a proposta apresentada pelo movimento Escola Sem Partido, o qual propõe a neutralidade ideológica e política como solução dos problemas educacionais. Para tanto, nos fundamentamos em conceitos, dados e informações coletadas por meio de livros, revistas, reportagens, documentos legais, dentre outros materiais, escritos por diversos pesquisadores.

Escola sem partido por quê? E para quem?

O programa “Escola Sem Partido” criado no ano de 2004 tem como finalidade combater em todos os níveis de escolaridade, qualquer tipo de contaminação ideológica. É apresentado como uma iniciativa entre um grupo de pais e estudantes que dizem estar preocupados com o grau de contaminação político-ideológica que as escolas estão promovendo nos educandos (ALGEBAIL, 2017).

O movimento ganhou notoriedade no ano de 2007, quando Mario Achmidt lançou o seu livro *Nova História Crítica* e recebeu análises rigorosas sobre os seus escritos. Ali Kamel iniciou uma grande polêmica sobre o livro *Nova História Crítica*, neste momento o programa Escola Sem Partido, juntamente com o tema doutrinação de esquerda ganharam visibilidade (PENNA, 2015).

Como exemplo, mencionamos que, no ano de 2008, a revista *Veja* na edição do mês de agosto publicou uma matéria alegando que o fracasso da educação brasileira era decorrente da doutrinação ideológica:

Segundo a revista, o fracasso da educação brasileira se deve ao fato de os professores inculcarem ideologias nos alunos, tendo como preocupação maior com o “incentivo à cidadania do que com o ato de ensinar conteúdos de formação profissional”. A mesma defende, então, que a solução para a educação é a busca da neutralidade como um dever, citando, como exemplo, a ONG Escola Sem Partido, em Brasília, que tem como objetivo chamar a atenção para a ideologização do ensino na sala de aula (CALBINO *et al.* 2009, p. 82).

Neste contexto, é possível perceber que a Revista *Veja* responsabilizou os professores pelo fracasso da educação brasileira, acusando-os de inculcarem ideologias nos estudantes. Tal reportagem deixou explícita que a solução para o fracasso da educação brasileira seria a defesa pela neutralidade, essa defendida pela ONG Escola Sem Partido.

No entanto, o pedagogo e filósofo Saviani (2017) afirma que a neutralidade proposta pelo movimento ESP é contrária ao objetivo da escola, a qual emergiu cheia de intenções, já que foi articulada para atender uma finalidade política, a de promover a “[...] educação das massas como exigência do regime democrático. E está posto, inclusive, na própria legislação que o objetivo principal da educação é a formação para cidadania e a qualificação para o trabalho” (SAVIANI, 2017). Assim, o discurso de neutralidade do programa ESP é inconsistente, visto que a própria gênese da escola é ideológica, além de ser inconstitucional não incentivar a cidadania.

Como mencionado, a escola desde a Antiguidade não é neutra, pelo contrário, ela já foi considerada pelos romanos como um sistema de fins políticos religiosos ou militares, pelos camponeses como um sistema de doutrinação religioso e político, e para os doutrinadores da Revolução Burguesa e Industrial, um meio de reprodução e doutrinação de ideologia das classes dominantes com a finalidade de preparação para a mão de obra (FERNÁNDEZ ENGUITA, 1989).

Sobre o conceito de ideologia, Mézáros (2004, p. 65) aponta que:

A ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode se superar nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independente), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.

Vale apontar, conforme Lessa (2015) que a ideologia é uma maneira de responder especificamente às demandas e aos dilemas colocados pelo desenvolvimento da sociedade por meio das leis jurídicas, as quais determinam o ser dos homens – e não o contrário.

Nessa perspectiva, Rossi (2017, p. 3) pondera que a ideologia é uma resposta prática às demandas e conflitos que emergem das classes sociais. Desse modo,

[...] algumas ideologias podem se utilizar de conhecimentos científicos verdadeiros ou de falsidades para sua operacionalização. Todavia, como vimos, não é o critério de verdade ou falsidade que determina o que é ou não uma ideologia, mas sim, a sua função social em tornar a práxis social consciente e operante frente à um conflito social real e concreto.

Rossi (2017, p. 4) complementa que mediante o “desenvolvimento do ser social, certamente, também ocorrerá o desenvolvimento e a complexificação da ideologia enquanto um complexo social”. Por conseguinte, serão construídas ideologias puras e ideologias específicas. As primeiras voltadas para a ação direta sobre o complexo social da economia. Já as ideologias puras serão constituídas por meio da percepção dos indivíduos. Assim, “o critério mais apropriado para a análise das ideologias deve ser a função que ela desempenha no processo de reprodução social e, portanto, a sua própria vinculação e interferência prática na realidade objetiva” (ROSSI, 2017, p. 4).

Portanto, a partir dessas ponderações, ao voltar um olhar para a perspectiva governamental e o seu papel, evidenciam-se as expectativas em:

[...] conduzir a estratégia de desenvolvimento do sistema global de formação dos recursos humanos; definir os conteúdos mínimos da educação obrigatória e assegurar a distribuição do material didático; fomentar o acesso equitativo às oportunidades de capacitação contínua e compensar as desvantagens de alguns grupos sociais; avaliar os resultados obtidos pelas unidades descentralizadas; e intervir na regulação do sistema para lograr que se cumpram seus objetivos em matéria de equidade (LIMA, 2009, p. 26-27).

Nesse contexto, no qual o Estado sempre difundiu sua ideologia, Saviani (2017) aponta que a proposta do ESP é fazer com que a escola abra mão de formar cidadãos, visto que neste

momento histórico formar cidadãos não é o objetivo do atual governo federal, se em algum momento já fora no passado.

Ao fazer um retrospecto do criador do projeto ESP, percebe-se que seus posicionamentos demarcam uma posição de classes, embora no âmbito discursivo defenda uma escola neutra. Miguel Nagib é procurador do estado de São Paulo e porta-voz do ESP. Conforme Espinosa e Queiroz (2017), ele já declarou publicamente em sua rede social (*Facebook*) a simpatia por políticos favoráveis ao afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, tais como o deputado estadual e fundador do Movimento Brasil Livre (MBL), Marcel Van Hattem e o controverso líder da direita, deputado federal Jair Bolsonaro. É importante assinalar que Nagib, com certa periodicidade, participava de eventos de corte conservador, pró-impeachment, além de exercer forte militância contra a esquerda brasileira.

É nítido que o ESP não pratica a neutralidade política e ideológica, tanto que o programa ganhou expressividade quando assumiu como uma de suas bandeiras o combate à ideologia de gênero. Foi a partir deste momento que o ESP fortaleceu-se e no ano de 2014 conseguiu eliminar do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2014) e dos Planos Municipais de Educação todas as metas relacionadas ao combate à desigualdade de gênero, concomitantemente, surgiu o primeiro projeto de lei, fundamentado nas ideias do movimento ESP (PENNA, 2015). Complementa Penna (2015, p. 298):

[...] em 2015, ano no qual presenciamos uma verdadeira campanha (de sucesso) pela remoção do termo “gênero” em todos os Planos Municipais de Educação, que surge um projeto nacional de inclusão do “Programa Escola Sem Partido” na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de vários projetos estaduais e municipais. Ainda no final de 2015, o movimento transforma-se na Associação Escola Sem Partido, que, nesta nova categoria, já enviou representações às unidades da Procuradoria da República nos 27 estados da federação.

As principais iniciativas educacionais que foram suplantadas do PNE e dos Planos Municipais de Educação, nos anos de 2014 e 2015, deixam claro que, “[...] a meta dos setores dominantes é educar a massa de crianças e jovens para um conformismo (que nada tem de estático) com a situação social vigente que pode e deve mudar para que tudo fique como está [...]” (LEHER, 2014, p. 77).

Para Chauí (2014, p. 130) “a ideia de que o Estado representa toda a sociedade e de que todos os cidadãos estão representados nele é uma das grandes forças para legitimar a dominação dos dominantes”. Portanto, os líderes burgueses precisam fazer com que a população excluída sintam-se representada, e o discurso de liberdade, fraternidade e igualdade é ideal para transmitir esta sensação de inclusão e representação. Com estas ocultações, os integrantes da sociedade sentem que possuem uma mesma identidade social, pois estas diferenças estão fundamentadas em referenciais unificadores que são propagados como equalizadores, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Justiça, a Igualdade, a Nação (CHAUI, 2014).

Assim, embora alguns setores da sociedade se sintam representados, é importante destacar que a ordem social continua da mesma forma, e as desigualdades aumentam constantemente. Saviani (2017) complementa que, os defensores do ESP na perspectiva de um Estado igualitário, no âmbito das aparências são os:

[...] conservadores, reacionários, da direita. Na verdade, o movimento ESP é o movimento dos partidos da direita. É por isso que PSC, PSDB, PRB, que são os partidos das igrejas fundamentalistas, estão tomando a iniciativa de propor isso tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, além de estarem surgindo propostas também nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, o que é um absurdo, pois o projeto ESP implica mudanças na LDB [Lei de Diretrizes e

Bases], lei nacional que não pode ser alterada em Assembleias e Câmaras Municipais (SAVIANI, 2017).

Deste modo, fica evidente que o Programa ESP que propaga o discurso de neutralidade nas escolas, está cheio de ideologias, embasadas nos princípios dos grupos dominantes. O objetivo é formar pessoas incapazes de uma reflexão politizada da realidade, ou seja, eles querem que os indivíduos sejam passivos e conformados com o atual sistema (CALBINO *et al.* 2009).

Embora, os defensores do projeto argumentam que os estudantes têm “a liberdade de aprender – assegurada pelo art. 206 da Constituição Federal – compreende o direito do estudante a que o seu conhecimento da realidade não seja manipulado, para fins políticos e ideológicos, pela ação dos professores” (BRASIL, 2015, p. 6). Não é isso que acontece, já que o conhecimento é transmitido “[...] a conta-gotas, consoante os diferentes graus de exigência dos postos de trabalhos disponíveis tanto no interior das empresas quanto fora delas [...]” (BRUNO, 2011, p. 558).

Segundo Frigotto (2017), o sentido ideológico e político que o programa ESP possui é o de autoritarismo, o qual criminaliza as concepções e os posicionamentos da classe trabalhadora em relação ao conhecimento histórico e de formação humana. Promovendo a intolerância e o ódio contra os movimentos sociais, como aos movimentos de mulheres, de negros e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e principalmente, contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Para Saviani (2017), com estas medidas o movimento pretende persuadir os docentes a abandonarem a formação política em suas aulas, com o argumento de que a escola deve ser neutra em relação à política. Criam um idealismo de que os professores formarão bem os alunos se absterem-se da política.

Além de todos os aspectos supracitados, de acordo com Penna (2015), o movimento está fomentando o ódio aos professores, que é caracterizado no mundo virtual por ameaças, violência física e até de morte. Visto que o programa induz os próprios estudantes a delatarem os professores, ou seja, “o movimento Escola Sem Partido estimula os alunos a fazerem denúncias contra os seus professores. Estas denúncias são publicadas pelo próprio Escola Sem Partido na sua página e redes sociais” (PENNA, 2015, p. 299).

Além do estímulo a violência, o movimento delimita a ação do docente, ao alegar que a liberdade de ensinar não é a mesma liberdade de expressão:

Liberdade de ensinar - assegurada pelo art. 206 II, da Constituição Federal – não se confunde com liberdade de expressão, não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente, sob pena de ser anulada a liberdade de consciência e de crença dos estudantes, que formam, em sala de aula, uma audiência cativa (BRASIL, 2015, p. 6).

Desse modo, os apoiadores querem garantir aos seus filhos que seja ensinado conteúdos de acordo com as suas crenças e consciências, retirando dos professores o direito da liberdade de expressão. Embora, o direito de expressão tenha sido conquistado, além de estar assegurado como cláusula pétrea na Constituição, conforme o art. 5, inciso IV (BRASIL, 1988).

Para Puccinelli Júnior (2013, p. 221), a “liberdade de manifestação do pensamento consiste no direito de expressar, por qualquer meio [...], opiniões, pensamentos ou ideias particulares em matéria de arte, ciência, política, religião ou qualquer outra atividade humana”.

A liberdade de manifestação do pensamento é um direito fundamental de primeira dimensão, caracterizado nos regimes democráticos e que deverá ser exercido de forma responsável, harmonizando-se com a honra, a privacidade, a intimidade da pessoa humana, sob pena de render direito de resposta em

indenização por danos morais e materiais por eventuais desvios (PUCCINELLI JÚNIOR, 2013, p. 224).

Neste contexto, tal movimento coloca em choque os preceitos da democracia, essa entendida como “[...] a construção de um projeto da superação do capitalismo, o que não se realiza por si, ou por idealização, mas requer lutas que se empenhem em tal tarefa” (LIMA, 2009, p. 32). Tais lutas devem ter estratégias políticas por parte dos trabalhadores, as quais devem promover uma educação emancipatória, que será possível somente se for capaz de lutar “[...] contra o imperialismo e, mais amplamente, contra o capitalismo [...]” (LEHER, 2014, p. 78).

É exatamente esta luta de classes que o programa ESP quer impedir, visto que ganha mais força e adeptos da classe burguesa, a qual “têm sua elaboração e desenvolvimento em setores cada vez mais amplos das forças que construíram e consumaram o golpe jurídico, parlamentar e midiático de 31/8/2016” (FRIGOTTO, 2017, p. 33).

Portanto, ao retirar das escolas a formação crítica dos estudantes, está se retirando também todo o foco de luta de classes, visto que se retiram deles os ideais que coadunam com a busca pela transformação da sociedade. Na perspectiva do ESP, criam-se sujeitos que atuarão para contornar e reproduzir a atual sociedade (SAVIANI, 2017).

PERSPECTIVA DE ESCOLA DEFENDIDA

A escola que deve permanecer é uma escola aberta ao diálogo que proporcione o desenvolvimento do senso crítico nos educandos. Assim, o pesquisador Saviani (2005) defende a perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica.

Primeiramente, o ambiente escolar deve proporcionar meios de “identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente” pelo gênero humano (SAVIANI, 2005, p. 9). Defende-se que os estudantes tenham o direito de se apropriar dos conhecimentos em suas diferentes dimensões.

Diferentemente do que o programa ESP alega, o qual tem em seus dizeres uma intencionalidade de ocultação da verdade dos fatos, ao alegar que “de forma análoga, não desfrutam os estudantes de escolha em relação às obras didáticas e paradidáticas cuja leitura lhes é imposta por seus professores [...]” (BRASIL, 2015, p. 6). Esta acusação questiona o profissionalismo do docente, como se o que ele tivesse mediando junto aos estudantes fosse algo prejudicial, de doutrinação política e ideológica, e não um conteúdo verídico e histórico, o qual Saviani (2005) afirma que deve ser compartilhado com todos.

Além de compartilhar os conhecimentos históricos, deve-se ensinar os estudantes a reconhecerem as condições de sua produção e compreender as suas principais manifestações e as tendências atuais de transformação (SAVIANI, 2005). Com o intuito de que ocorra a “conversão do saber objetivo em saber escolar, de modo que se torne assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares” (SAVIANI, 2005, p. 9).

O docente em sua prática deve ir além dos muros das escolas, ele deve considerar que o saber objetivo que o acadêmico traz consigo é fruto de todas as suas dimensões de vida, portanto, o docente deve conduzi-lo a posicionar-se criticamente frente as referidas.

Frigotto (2017) esclarece que o Brasil é um dos países que tem uma das sociedades mais desiguais e violentas, aspectos esses estruturados por meio da colonização e da escravidão. Portanto, “[...] a burguesia brasileira sempre foi antinação, antipovo, antidireito universal à escola pública. Uma burguesia sempre associada deforma subordinada aos centros hegemônicos do capital” (FRIGOTTO, 2017, p. 20).

Frente a isso, os estudantes devem compreender como que ocorrem as relações sociais, como ocorre a divisão social das classes, pois, a “[...] educação dita pública foi condicionada, não

para o desenvolvimento da inteligência e da autonomia intelectual dos filhos dos trabalhadores, mas para atender às necessidades de determinadas especialidades [...]” (BRUNO, 2011, p. 547).

Os estudantes precisam se reconhecer dentre um contexto histórico e social. Mas, para que a formação da consciência de classe ocorra, já que esta consciência “[...] não é espontânea e tampouco é possível sem rupturas com as ideologias dominantes” (LEHER, 2014, p. 80), faz-se imprescindível o contato com movimentos de resistência e contra hegemônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que no âmbito discursivo, dos idealizadores do movimento Escola Sem Partido, o objetivo do Programa é propor a neutralidade no ambiente escolar, embora nenhum discurso seja neutro. Pelo contrário seus idealizadores defendem os interesses ligados à burguesia e a manutenção das atuais relações sociais.

Nessa perspectiva, os professores ficariam imóveis. Acrescido ao fato de que abordariam o conhecimento humano de forma a-histórica, sem estabelecer relações com as desigualdades produzidas socialmente, fomentadoras da divisão social de classes, no sistema capitalista de produção.

Um dos temas que angariou muitos adeptos ao movimento, fazendo ganhar mais visibilidade refere-se ao combate à ideologia de gênero. Tal movimento conseguiu uma mobilização nacional, por meio de grupos fundamentalistas e reacionários que conseguiram retirar do Plano Nacional de Educação e de vários Planos Municipais de Educação o conceito gênero.

Frente aos aspectos supracitados, concluímos que o Projeto Escola Sem Partido representa um retrocesso sem precedentes ao desenvolvimento humano, livre e em condições de emancipação.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, E. Escola sem partido: o que é, como age, para que serve. In: Gaudêncio Frigotto. (Org.). **Escola 'sem' Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017, p. 63-74.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 867, de 2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola Sem Partido”. **Coordenação de Comissões Permanentes – DECOM – P_5741**. Brasília, 2015, p. 1-21.

BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 545-562, set- dez. 2011.

CALBINNO, D. et al. Embates sobre a neutralidade na Educação: a formação ideológica do discurso da Revista Veja. **Contrapontos**, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 81-94, dez. 2009.

CHAUÍ, M. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

ESPINOSA, B. R. S.; QUEIROZ, F. B. C. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: Gaudêncio Frigotto. (Org.). **Escola "Sem" Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2017, p. 49-62.

FERNÁNDEZ ENGUITA, M. Do lar à fábrica, passando pela sala de aula: a gênese da escola de massas. In: **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. p. 105-133.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 17-34.

LEHER, R. Organização, estratégica política e o plano nacional de educação. **Boletim de Educação**, n. 12, p. 71-91, dez. 2014.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LIMA, A. B. Estado, educação e controle social: introduzindo o tema. In: LIMA, A. B. **Estado e controle social no Brasil**. Uberlândia: COMPOSER; FAPEMIG; GPEDE, 2009, p. 17-36.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**, São Paulo: Boitempo, 2004.

PENNA, F. **Entrevista com Fernando Penna. Movimento: revista de educação**, Niterói, v. 2, n. 3, p. 294-301, abr. 2015.

PUCCINELLI JÚNIOR, A. **Curso de direito constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Brasil, 2013.

ROSSI, R. Ideologia: uma breve introdução. **Jornal Espaço Socialista**, n. 99, p. 1-4, mai. 2017.

SAVIANI, D. **‘Escola sem Partido’ fere o bom senso**. Disponível em: <<http://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=noticias&id=4425/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

SAVIANI, D. **Pedagogia- Histórico- Crítica**. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.